

**Agência de Promoção de
Exportações do Brasil -
Apex-Brasil**

**Demonstrações Financeiras
em 31/12/2019 e Relatório dos
Auditores independentes**

Fevereiro de 2020

**CONHECIMENTO LOCAL,
ALCANCE GLOBAL**

CONTEÚDO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	2
---	----------

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

BALANÇO PATRIMONIAL	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL.....	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselhos Deliberativo e Fiscal e aos Administradores da
Agência de Promoção de Exportações do Brasil – Apex-Brasil
Brasília – DF

Opinião

Examinamos as Demonstrações financeiras da Agência de Promoção de Exportações do Brasil – Apex-Brasil (“Agência” ou “Apex-Brasil”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas Demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa Opinião, as Demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Apex-Brasil em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Apex-Brasil, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Outro assunto

As Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por nós e sobre as quais emitimos uma Opinião sem ressalvas em 28 de fevereiro de 2019.

Outras informações que acompanham as Demonstrações financeiras e o Relatório dos Auditores independentes

A Apex-Brasil elabora anualmente um Relatório de Gestão para apresentação aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual, o qual a Agência está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, sendo que tal relatório é elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa do

TCU nº 154/2016 e da Portaria TCU nº 59/2017. De acordo com os requerimentos da NBC TA 720, os auditores devem efetuar leitura e verificação da consistência dessas informações em relação às Demonstrações financeiras auditadas e às informações obtidas durante o processo de auditoria. Na data de emissão deste Relatório, o Relatório de Gestão de 2018 ainda se encontrava em fase de elaboração e, por esta razão, não efetuamos a leitura do mesmo. Portanto, a nossa Opinião sobre as Demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Gestão.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações financeiras

A Administração da Apex-Brasil é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Agência continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Agência ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Apex-Brasil.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Apex-Brasil.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração da Apex-Brasil, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Agência a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 7 de fevereiro de 2020.

NEXIA TEIXEIRA Auditores

CRC MG 5.194



 Assinado de forma digital por
Domingos Xavier Teixeira
Dados: 2020.02.14 16:55:14
-03'00'

Domingos Xavier Teixeira

Sócio e Diretor Executivo

Contador CRC MG-14.105-O/5-S-DF-103



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL

BALANÇO PATRIMONIAL EM

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2019	31/12/2018		Nota	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO				PASSIVO			
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.182	8.365	Obrigações trabalhistas e sociais	11	12.944	8.563
Aplicação financeira	4	317.302	157.605	Contas a pagar e fornecedores	12	6.252	640
Créditos a receber	5	72.350	67.002	Obrigações tributárias e previdenciárias	13	726	-
Adiantamentos concedidos	6	18.196	31.469	Arrendamentos a pagar	14	5.591	-
Direitos de créditos	7	1.860	2.676			25.513	9.203
		412.890	267.117				
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Aplicação financeira	4	77.286	94.433	Obrigações a pagar de longo prazo	15	619	1.032
Depósitos judiciais e garantias	8	3.711	3.135	Arrendamentos a pagar	14	13.600	-
Direitos em Uso de Arrendamento	9	17.830	-	Provisão para riscos tributários e trabalhistas	16	120.045	106.505
Imobilizado	10	4.228	5.034			134.264	107.537
Intangível	10	1.839	437	PATRIMÔNIO SOCIAL	17		
		104.894	103.039	Superávit acumulado		253.416	263.605
		517.784	370.156	Superávit (déficit) do exercício		104.591	(10.189)
						358.007	253.416
						517.784	370.156

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras anuais

SERGIO SEGOVIA
Presidente

**EDERALDO TEIXEIRA DE ABREU
FILHO**
Diretor de Gestão Corporativa

AUGUSTO PESTANA
Diretor de Negócios

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2019 E DE 2018

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita com contribuição social líquida	18	506.718	478.255
Receitas de serviços e outras receitas	19	8.168	11.347
Total das receitas operacionais		514.886	489.602
Custos e despesas operacionais			
Despesas com convênios e projetos	20	(168.045)	(161.540)
Despesas com projetos finalísticos	20	(60.206)	(90.943)
Despesas com viagens	21	(12.381)	(24.983)
Despesas com comunicação, marketing e propaganda	22	(7.591)	(59.434)
Despesas com pessoal, encargos e benefícios	23	(117.595)	(104.811)
Despesas gerais e administrativas	24	(24.357)	(30.686)
Despesas com provisão judicial e administrativa	25	(9.112)	(9.903)
Despesas tributárias	26	(12.641)	(21.643)
Despesa com depreciação e amortização	27	(7.497)	(2.871)
Outras receitas (despesas) operacionais		(45)	(4.249)
		(419.470)	(511.063)
Superávit (Déficit) antes do resultado financeiro		95.416	(21.461)
Resultado financeiro líquido	28		
Receitas financeiras		18.813	18.302
Despesas financeiras		(9.638)	(7.030)
		9.175	11.272
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		104.591	(10.189)

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras intermediárias

SERGIO SEGOVIA
Presidente

EDERVALDO TEIXEIRA DE ABREU
FILHO
Diretor de Gestão Corporativa

AUGUSTO PESTANA
Diretor de Negócios

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2019 E 2018

Em milhares de reais

	Superávit acumulado	Superávit (déficit) do exercício	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	175.002	88.603	263.605
Destinação do superávit do exercício anterior	88.603	(88.603)	-
Déficit do exercício	-	(10.189)	(10.189)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	263.605	(10.189)	253.416
Incorporação do déficit do exercício anterior	(10.189)	10.189	-
Superávit do exercício	-	104.591	104.591
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	253.416	104.591	358.007

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras intermediárias

SERGIO SEGOVIA
Presidente

**EDERVALDO TEIXEIRA DE ABREU
FILHO**
Diretor de Gestão Corporativa

AUGUSTO PESTANA
Diretor de Negócios

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2019 E 2018

Em milhares de reais

	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (Déficit) do exercício	104.591	(10.189)
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:		
. Depreciação e amortização	7.497	2.870
. Baixa de ativo imobilizado e intangível	87	8.849
. Resultado de aplicações financeiras	(16.611)	(19.826)
. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	13.540	13.988
. Juros de arrendamentos a pagar	2.795	-
. Variação cambial líquida	(153)	-
	7.155	5.881
Geração Operacional	111.746	(4.308)
Redução (aumento) nos ativos		
Recursos vinculados a convênios e contratos	-	15.865
Créditos a receber	(5.348)	12.219
Adiantamentos concedidos	13.273	(18.826)
Direitos de créditos	816	792
Depósitos judiciais e garantias	(576)	(744)
	8.165	9.306
Aumento (redução) nos passivos		
Obrigações trabalhistas e sociais	4.381	(8.504)
Obrigações com convênios e contratos	-	(805)
Contas a pagar e fornecedores	5.612	(5.534)
Obrigações tributárias e previdenciárias	726	(447)
Outros passivos não circulantes	166	(111)
	10.885	(15.401)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	130.796	(10.403)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Instrumentos financeiros, líquido	(125.939)	18.828
Aquisições de bens do imobilizado	(470)	(3.317)
Aquisições de bens do intangível	(1.755)	(363)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(128.164)	15.148
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de Arrendamentos	(7.815)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(7.815)	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(5.183)	4.745
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.365	3.620
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.182	8.365
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(5.183)	4.745

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras intermediárias

SERGIO SEGOVIA
Presidente

EDERVALDO TEIXEIRA DE ABREU
FILHO
Diretor de Gestão Corporativa

AUGUSTO PESTANA
Diretor de Negócios

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1 Contexto operacional

1.1 Constituição

A Agência de Promoção de Exportações do Brasil, designada também como Apex-Brasil (“Agência” ou “Entidade”), foi constituída na forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, na forma de serviço social autônomo.

A constituição da Entidade decorreu da edição da Medida Provisória nº 106, de 22 de janeiro de 2003, que foi convertida na Lei nº 10.668, de 14 de maio de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 4.584/2003. Referido decreto foi alterado posteriormente pelo Decreto nº 8.440, de 29 de abril de 2015 e pelo Decreto nº 8.788, de 21 de junho de 2016, passando a responsabilidade de supervisão da Agência para o Ministério das Relações Exteriores – MRE, anteriormente vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC.

Em razão de a Apex-Brasil ser uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, os seus atos constitutivos e posteriores foram registrados no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas.

1.2 Objetivo social e operação

O objetivo da Apex-Brasil é, em cooperação com o Poder Público, executar as políticas de promoção das exportações brasileiras e dos investimentos, assim como a internacionalização de empresas públicas e privadas brasileiras, por meio da pesquisa, da formação, da capacitação, do desenvolvimento institucional, entre outras ações, observadas as políticas nacionais de desenvolvimento, sobretudo no que tange aos setores da indústria, comércio, serviços, tecnologia e agricultura, com atenção especial às ações estratégicas que promovam a inserção competitiva das empresas brasileiras nas cadeias globais de valor, a atração de investimentos e a geração de empregos, e apoio às empresas de pequeno porte.

A sua missão é promover as exportações, a internacionalização das empresas brasileiras e os investimentos estrangeiros diretos, em apoio às políticas e estratégias públicas nacionais, a fim de contribuir para o crescimento sustentável da economia brasileira

A Apex-Brasil atua de diversas formas para promover a competitividade das empresas brasileiras em seus processos de internacionalização, oferecendo inteligência de mercado, qualificação empresarial, estratégia para internacionalização, promoção de negócios e imagem e atração de investimentos estrangeiros para empresas brasileiras, sem que se tenha o ânimo de lucro.

Ademais, a estrutura de apoio aos setores da economia pela Apex-Brasil ocorre por meio de projetos setoriais, os quais podem ser divididos da seguinte forma: Agronegócios, Alimentos e Bebi-



das; Casa e Construção; Economia Criativa e Serviços; Máquina e Equipamentos; Moda; e Tecnologia e Saúde. Os projetos setoriais são realizados por meio de convênios com as entidades representativas de cada setor mencionado.

Para atender ao seu objetivo social, a Lei nº 8.029/1990 estabeleceu em seu artigo 8º, a destinação de parcela da contribuição previdenciária arrecadada pela Receita Federal do Brasil à Agência para financiamento das suas operações.

1.3 Localizações

A sede da Agência está localizada no Setor de Autarquias Norte Quadra 05, Bloco C, Torre II, salas 1201 a 1701 - Centro Empresarial CNC. Além da sede em Brasília, no Brasil existem também as unidades de Porto Alegre, Recife e São Paulo. A Agência mantém, ainda, unidades no exterior, com finalidades consonantes aos seus objetivos legais e estatutários. Essas unidades estão estrategicamente localizadas nos principais mercados globais: Miami e São Francisco (EUA), Bogotá (Colômbia), Bruxelas (Bélgica), Moscou (Rússia), Dubai (Emirados Árabes Unidos) e Pequim e Xangai (China). As operações em Havana (Cuba) e em Luanda (Angola) foram descontinuadas em 2019 e os efeitos destas operações na Demonstração do resultado do período de nove meses de 2019 da Entidade são apresentados na Nota Explicativa nº 30.

1.4 Aspectos tributários

1.4.1 Imposto de renda

A Apex-Brasil é uma entidade isenta do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ, por se tratar de uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/1997, art. 15). Nesse sentido, é importante salientar que ser considerada entidade sem fins lucrativos não significa que a Entidade não possa apresentar superávit em suas contas e, caso o apresente em determinado exercício, o referido resultado é destinado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, em consonância ao que prevê o art. 12 § 3º da Lei nº 9.532/1997.

Ainda, as entidades consideradas isentas do IRPJ, pela finalidade ou pelo objeto, deverão atender aos requisitos previstos no art. 15, § 3º, da Lei nº 9.532/1997, com as alterações promovidas pela Lei nº 9.718/1998 (art. 10º e 18º, IV).

Os rendimentos e os ganhos de capitais auferidos em aplicações financeiras de renda fixa não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/1997, art. 12 § 2º e art. 15 § 2º), estando fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos.

1.4.2 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Baseado no parágrafo 1º do art. 15 da Lei nº 9.532/1997, a Apex-Brasil está isenta também da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).



1.4.3 PIS

Nos termos do art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/01, a contribuição para o PIS/PASEP será determinada com base na folha de salários, à alíquota de 1%, com o recolhimento mensal desse tributo. Por isso, é isenta de recolhimento de PIS sobre receita financeira nos termos dos Art. 2º. e 9º. da IN RFB 247 de 2002.

1.4.4 COFINS

Em relação à tributação da COFINS, o inciso X, do art. 14, e o inciso VI, do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/01, determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei. Para as receitas não próprias, como as financeiras, a Apex-Brasil efetua a apuração e o recolhimento da COFINS à alíquota de 4% conforme Decreto 8.426/2015.

1.5 Principais ações realizadas em 2019 com impacto nas Demonstrações Financeiras e apresentadas no Relatório de Desempenho

A Apex-Brasil apoiou, em 2019, 14.284 empresas brasileiras, sendo 7.629 (53,4%) Micro e Pequenas Empresas - MPEs e 5.802 novas empresas que não participaram de ações da Apex-Brasil em 2018. Do total de apoiadas, 11.618 empresas estiveram em projetos estruturantes que contribuíram para exportação. Dessas, 4.227 são empresas exportadoras e exportaram o montante de US\$ 67,9 bilhões, representando 30,3% de participação nas exportações totais brasileiras. Os três principais destinos de exportação das empresas apoiadas foram China, Estados Unidos e Países Baixos (Holanda) que, juntos, respondem por 42,3% do montante exportado pelas empresas apoiadas.

Esses números demonstram a relevância e o alto impacto positivo do apoio oferecido pela Agência: 56,6% das empresas exportadoras apoiadas apresentaram crescimento de exportação em 2019, se comparado com o ano anterior. Além disso, 2.632 empresas exportaram um novo produto e 2.849 exportaram para um novo mercado, se observada uma série histórica de quatro anos.

As ações de internacionalização, por sua vez, vêm orientando as empresas brasileiras e parceiros na definição de estratégias para expansão de suas operações em mercados internacionais. Foram atendidas 415 empresas e, adicionalmente, os escritórios da Agência localizados fora do país promoveram o *soft landing* de 110 empresas em mercados internacionais, disponibilizando infraestrutura e serviços para a instalação local e virtual no exterior.

No âmbito da gestão corporativa, foi feito um esforço contínuo de racionalização das despesas de gestão da Agência (no contexto de “fazer mais por menos”), mormente naquelas relativas às viagens corporativas (amplas revisões normativas como, por exemplo: Política de Viagens) e conscientização dos colaboradores em relação à utilização racional dos benefícios e do uso dos recursos materiais. Tivemos a implantação efetiva do processo eletrônico de documentos, trazendo



mais segurança, economia e sustentabilidade para os processos da Agência. Em termos de governança e *compliance*, destaca-se a aprovação do Plano Estratégico 2020-2023 (pela primeira vez coordenado por equipe interna e participação de toda a Agência) e do Plano de Ação 2020, a revisão e aprovação do Estatuto Social da Apex-Brasil, o que, juntos constituem um marco institucional da maior importância para a Agência. Ainda no contexto do Planejamento Estratégico, o novo cenário aponta para a busca pelo incremento das receitas de serviços de maneira vigorosa, de modo a ser possível obter a sustentabilidade financeira em um horizonte temporal de 10 anos. Essa nova demanda culminou na revisão da estrutura organizacional da Agência, necessária para garantir a aderência a esse novo viés institucional.

Esses resultados positivos dão a clareza de a Agência está trilhando o rumo correto, efetuando mudanças salutares e sustentáveis, mantendo o foco na meta de elevar o status da Apex-Brasil para se tornar referência no País e a melhor em sua categoria, equiparada às congêneres do resto do mundo.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 Declaração de conformidade

Estas Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os Pronunciamentos Técnicos, coletivamente “CPCs”, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como as correspondentes orientações e interpretações.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Entidade.

A ApexBrasil não possui outros resultados abrangentes e, portanto, não está apresentando a Demonstração do resultado abrangente.

As principais políticas contábeis estão sendo apresentadas conjuntamente com as notas explicativas relativas aos itens constantes das Demonstrações Financeiras a que se referem, conforme permitido pelo item 35 do OCPC 7 – Evidenciação na divulgação dos relatórios contábil-financeiro de propósito geral.

A Apex-Brasil não possui outros resultados abrangentes e, portanto, não está apresentando a Demonstração do resultado abrangente. Dessa forma, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

2.2 Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor; determinados ativos e passivos financeiros são mensurados ao valor justo.



2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração da Entidade faça julgamentos, estimativas técnicas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais contas sujeitas a estimativas estão representadas:

- i) Por instrumentos financeiros, incluídos em fundos de investimentos exclusivos da Apex-Brasil, mensurados a valor justo por meio do resultado - Nota Explicativa nº 4;
- ii) Pela não constituição de provisão para devedores duvidosos sobre Créditos a receber - Nota Explicativa nº 5;
- iii) Pela depreciação/amortização acumuladas do ativo imobilizado e intangível - Nota Explicativa nº 10;
- iv) Pela determinação da taxa de juros incremental e pelos fluxos de caixa projetados para a adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil – Nota Explicativa nº 9 e 14; e
- v) Pelas provisões para riscos tributárias e trabalhistas - Nota Explicativa nº 16.

2.5 Aprovação das Demonstrações Financeiras intermediárias

A emissão dessas Demonstrações Financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração da Apex-Brasil em 7 de fevereiro de 2020.

2.6 Informações contábeis das unidades da Apex-Brasil no exterior

As Unidades no exterior da Apex-Brasil foram constituídas como filiais da Entidade, sendo que cada uma é organizada conforme a legislação de cada país, e possui uma contabilidade própria para fins de cumprimento da legislação específica do país onde se localiza, e também para permitir o acompanhamento gerencial pela Administração da Entidade.



Por se tratar de filiais, os saldos contábeis das unidades no exterior da Apex-Brasil e da sua sede em Brasília são apresentados de maneira conjunta por meio de uma única demonstração.

2.7 Moeda estrangeira - Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real, que é a moeda funcional da Apex-Brasil, de acordo com as taxas de câmbio nas datas das transações. Os ativos e os passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para Reais à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças cambiais de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

As moedas correntes das unidades da Apex-Brasil no exterior são: Renmimbi Chinês (CNY) na China, Dirham (AED) nos Emirados Árabes Unidos, Dólar (USD) nos Estados Unidos da América, Peso Colombiano (COP) na Colômbia, Euro (EUR) na Bélgica e Rublo (RUB) na Rússia.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, de depósitos bancários em contas correntes no Brasil e no exterior e as aplicações financeiras com vencimento original de três meses, ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados no cumprimento das obrigações de curto prazo.

Os instrumentos financeiros estão detalhadamente descritos na Nota Explicativa nº 4 adiante.

A posição de caixa e equivalentes de caixa é a seguinte:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Fundo fixo de caixa	23	49
Depósitos bancários - Nacional	281	316
Depósitos bancários - Exterior	(i) 2.878	8.000
Total	3.182	8.365

- (i) Referem-se a disponibilidades bancárias das unidades da Apex-Brasil no exterior mantidas para suportar as despesas mensais de manutenção e de promoção das exportações em cada uma das localidades. A significativa redução do saldo em 31 de dezembro de 2019, em relação ao final do exercício de 2018, foi em função da mudança de procedimento dos repasses de recursos às unidades da Apex-Brasil no exterior: a Administração dos recursos na Sede (Brasil) passou a confrontar a disponibilidade financeira em cada unidade antes do efetivo repasse mensal dos recursos, evitando-se assim novos repasses para contas que ainda possuíam saldo em quantidade significativa. É de salientar que a Sede da Apex-Brasil não possui saldos ou investimentos diretos no exterior.



4 Aplicações financeiras

São investimentos realizados pela Apex-Brasil em Fundos de Investimentos que são valorizados com base no valor da cota informada pela CVM do último dia do mês, multiplicada pela quantidade de cotas pertencentes à Entidade.

A Apex-Brasil concentra parte substancial de sua disponibilidade financeira em dois Fundos de Investimento exclusivos, sendo um gerido pela Caixa Econômica Federal, denominado “Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Apex-Brasil Renda Fixa”, e outro administrado pelo Banco do Brasil DTVM, denominado “BB ABRC Fundo de Investimento Exclusivo Longo Prazo”.

O detalhamento das Aplicações financeiras é como segue:

Descrição		31/12/2019	31/12/2018
Fundo de Investimento Exclusivo - Caixa Econômica Federal	(i)	100.762	95.873
Fundo de Investimento Exclusivo - Banco do Brasil	(ii)	291.138	151.352
Fundos de Investimento - Capital de Giro	(iii)	2.688	4.825
(-) Provisão de Imposto e de Renda		-	(12)
Total		394.588	252.038
Segregado em:			
Circulante		317.302	157.605
Não Circulante		77.286	94.433
		394.588	252.038

- (i) Fundo de Investimento Exclusivo denominado “Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Apex-Brasil Renda Fixa” é um fundo de investimento, com prazo indeterminado de duração, e destina-se a receber aplicações da Apex-Brasil, investidor qualificado, na forma do regulamento disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Um detalhamento dos ativos e passivos do Fundo é demonstrado na Nota Explicativa 4.1 a).
- (ii) Fundo de Investimento Exclusivo denominado “BB ABRC Fundo de Investimento Exclusivo Longo Prazo” é um fundo de investimento, com prazo indeterminado de duração, e destina-se a receber aplicações da Apex-Brasil, investidor qualificado, na forma do regulamento disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Um detalhamento dos ativos e passivos do Fundo é demonstrado na Nota Explicativa 4.1 b).
- (iii) Fundos de Investimentos não exclusivos destinados à manutenção do capital de giro, com saldo definido de acordo com a análise do fluxo de caixa histórico e mensal das despesas correntes de manutenção administrativa e projeção do fluxo de caixa das despesas com promoção de exportação relacionadas aos convênios estabelecidos pela Apex-Brasil. Os saldos estão aplicados em Fundos de Investimentos administrados pelo Banco do Brasil.

4.1 Fundos de investimentos exclusivos da Apex-Brasil

Os ativos financeiros pertencentes a cada fundo de investimento podem ser classificados como “Valor justo por meio do resultado” ou “Custo amortizado”. No caso de “Custo amortizado”, os ativos são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de forma *pro rata die* até a data de encerramento do balanço. Para os ativos classificados por “Valor justo por meio do resultado”, além da prática mencionada anteriormente, ainda são ajustados ao valor



provável de realização na data do balanço, conforme a metodologia da curva de juros de mercado com base na ETTJ – Estrutura a Termo da Taxa de Juros, divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capital - ANBIMA.

Abaixo, é apresentada a composição da carteira de cada fundo de investimento exclusivo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, considerando a classificação dos ativos e, também, o seu prazo de vencimento.

a) Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Apex-Brasil Renda Fixa

	31/12/2019				31/12/2018
	Quantidade	Valor	Vencimento em 2020	Vencimento entre 2021 a 2025	Total em 31/12/2019
Caixa e equivalentes	-	-	11	-	11
Operações compromissadas - Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	64.229	63.459	63.459	-	63.459
	64.229	63.459	63.470	-	63.470
Titulos e valores mobiliários de renda fixa - Valor justo por meio do resultado					
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	3.100	32.443	1.047	31.396	32.443
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	-	-	-
	3.100	32.443	1.047	31.396	32.443
Titulos e valores mobiliários de renda fixa - Custo amortizado					
Letras Financeiras de Bancos	18	4.849	4.849	-	4.849
	18	4.849	4.849	-	4.849
Valores a receber	-	10	10	-	10
Total do ativo			69.376	31.396	100.772
Valores a pagar			(10)		(10)
Valor do Fundo de Investimento					100.762
Segregado em:					
Circulante					47.076
Não circulante					53.686
					100.762

A partir de 2017, a Administração da Apex-Brasil optou, dentro de uma postura conservadora, por destinar parte da sua disponibilidade de recursos para constituir uma reserva financeira que tem como objetivo fazer frente a um eventual desembolso de caixa para quitação da obrigação referente ao processo judicial em que se discute o percentual da taxa de administração cobrada pela Receita Federal do Brasil, apresentada na Nota Explicativa nº 16 (i). Esta é, portanto, a finalidade prioritária da utilização deste Fundo.

A rentabilidade do “Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Apex-Brasil Renda Fixa” no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de 6,04%, representando 101,50% do CDI do mesmo período.



b) BB ABRC Fundo de Investimento Exclusivo Longo Prazo

31/12/2019						
	Quantidade	Valor	Vencimento em 2020	Vencimento entre 2021 a 2025	Total em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018
Caixa e equivalentes	-	1	1	-	1	3
Operações compromissadas - Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	158,165	145,965	145,965	-	145,965	75,472
	158.165	145.966	145.966	-	145.966	75.475
Titulos e valores mobiliários de renda fixa - Valor justo por meio do resultado						
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	6,495	67,950	-	67,950	67,950	33,043
Letras Financeiras (LF)	10	2,243	-	2,243	2,243	2,113
	6.505	70.193	-	70.193	70.193	35.156
Titulos e valores mobiliários de renda fixa - Custo amortizado						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	10,000	10,513	-	10,513	10,513	10,515
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	35,000	32,277	19,190	13,087	32,277	29,574
Letras Financeiras (LF)	-	-	-	-	-	642
	45.000	42.790	19.190	23.600	42.790	40.731
Cotas de Fundos						
Cotas de Fundos R.F. CF 4593	7,022	32,199	32,199	-	32,199	-
	7.022	32.199	32.199	-	32.199	-
Valores a receber	-	1	1	-	1	1
Total do ativo			197.355	93.793	291.149	151.362
Valores a pagar					(11)	(10)
Valor do Fundo de Investimento					291.138	151.352
Segregado em:						
Circulante					267,538	110,621
Não circulante					23,600	40,731
					291.138	151.352

A Apex-Brasil criou o “Fundo Exclusivo BB ABRC” com o objetivo de alocar investimentos para serem classificados substancialmente na categoria de “Custo Amortizado”. Com isso, a Apex-Brasil reduz possíveis oscilações do valor justo dos investimentos, caso eles estivessem classificados como “Valor justo por meio do resultado”.

Diferentemente do fundo administrado pela Caixa Econômica Federal, em que a Administração da Apex-Brasil realizou a segregação do seu saldo entre Circulante e Não circulante, baseado na sua intenção de constituir reserva financeira para provisão no passivo, a segregação do “Fundo Exclusivo BB ABRC” se deu baseada no montante de títulos classificados na categoria de “Custo amortizado” e que possuem vencimento superior a 12 (doze) meses a partir da atual data-base.

A rentabilidade deste fundo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de 6,45%, representando 108,45% do CDI do mesmo período.



5 Créditos a receber

O detalhamento do saldo é assim apresentado:

<u>Descrição</u>		<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Arrecadação proveniente do repasse da SRFB - Lei nº 8.029/1990	(i)	71.612	65.842
Contas a receber de exposições e outros	(ii)	976	1.160
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(iii)	(238)	-
Total		<u>72.350</u>	<u>67.002</u>

- (i) O repasse da Contribuição Social Ordinária, detalhado na Nota Explicativa nº 18, foi integralmente recebido no mês subsequente. O valor a receber em 31 de dezembro 2018 é superior ao valor a receber em 31 de dezembro de 2019 em função do saldo naquele mês ser afetado pela maior arrecadação da Contribuição Previdenciária no mês de dezembro, em decorrência do 13º salário.
- (ii) O saldo de contas a receber é caracterizado, preponderantemente, por créditos provenientes de venda de espaços em feiras e eventos no exterior, consultoria em agronegócios e por ressarcimento de valores de passagens e hospedagens canceladas no Brasil e no Exterior.
- (iii) A Apex-Brasil constituiu provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa para todos os valores vencidos em 31 de dezembro de 2019.

6 Adiantamentos concedidos

<u>Descrição</u>		<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Adiantamentos para convênios e projetos	(i)	16.474	30.365
Adiantamento para empregados	(ii)	1.289	677
Demais adiantamentos		433	427
Total		<u>18.196</u>	<u>31.469</u>

- (i) Adiantamentos para convênios e projetos: São recursos financeiros repassados aos convênios pela Apex-Brasil e ainda não utilizados pelo conveniente até cada uma das datas-bases acima. O motivo do saldo de adiantamento ter sido maior ao final do exercício de 2018 foi a antecipação, à época do repasse para os convenientes previsto para o mês de janeiro de 2019. Optou-se por essa antecipação uma vez que haveria a substituição do Sistema Integrado de Gestão ERP, no início de 2019, a qual poderia eventualmente ocasionar falha no envio do recurso devido a uma possível instabilidade do novo sistema. Essa visão conservadora evitaria descontinuidade de repasses caso houvesse alguma interrupção no sistema.

Os adiantamentos concedidos para os convenientes e projetos são realizados baseados na projeção de realização das despesas mensais apuradas, de acordo com a execução financeira de cada projeto e/ou convênio.

Os saldos repassados às entidades são mantidos como ativo da Apex-Brasil até sua execução ou devolução dos recursos. A baixa do saldo da conta contábil de adiantamento ocorre à medida que os valores são utilizados no objeto conveniado.

As efetivações das utilizações desse recurso ocorrem pelo regime de competência, pois as despesas com convênios devem ser reconhecidas à medida que os projetos são executados pelas convenientes, ou seja, durante o tempo incorrido na execução dos projetos; e não quando do desembolso financeiro feito pela Apex-



Brasil, pois nesse momento se configuram como adiantamentos. As movimentações desses adiantamentos estão apresentadas na tabela abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Adiantamento para convênios e projetos		
Saldo inicial	30.365	10.081
(+) Repasses efetuados	154.779	185.289
(-) Devoluções de convênios	(625)	(3.324)
(-) Execução pelas convenentes	(168.045)	(161.681)
Saldo final	16.474	30.365

- (ii) Adiantamentos para empregados: São adiantamentos feitos aos empregados da Apex-Brasil, na forma de Adiantamento de 13º salário, férias e para viagens. Conforme acordo coletivo de trabalho, a Apex-Brasil realiza a antecipação da 1º parcela do 13º salário no mês de fevereiro, controlando seu saldo até a efetiva compensação em dezembro.

7 Direitos de Créditos

<u>Descrição</u>		<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Valor a Receber Acordo ABIA	(i)	825	1.026
Despesas antecipadas	(ii)	858	1.470
Valores a receber de empregados		177	180
Total		1.860	2.676

- (i) Reconhecimento do saldo a receber do acordo judicial realizado entre Apex-Brasil e ABIA – Associação Brasileira de Indústria de Alimentos.
- (ii) Diferimento de despesas com periódicos, aluguéis e licenças de software das unidades no exterior, para apropriação ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

8 Depósitos judiciais e garantias

<u>Descrição</u>		<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Deposito de INSS sobre 1/3 de férias	(i)	2.504	2.120
Depósitos e cauções em geral	(ii)	632	534
Depósitos de processos trabalhistas	(iii)	575	481
Total		3.711	3.135

- (i) Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias (patronal), que está sendo depositada em juízo em razão de ação com pedido de liminar para renovação de certidão de regularidade fiscal. A Apex-Brasil impetrou mandado de segurança com pedido de depósito judicial para que, enquanto sob a égide do mandado de segurança é discutida a legalidade em si da cobrança, a Apex-Brasil realiza, mensalmente, depósito judicial para (i) garantir a não incidência de juros e multa de mora fiscais e (ii) manter a regularidade fiscal da Apex-Brasil. Em relação ao tema, salienta-se que a questão encontra-se no STF com o julgamento suspenso em razão de pedido de vista, contando com 6 votos favoráveis à tese da Apex-Brasil e 3 votos contrários. Por isso



a Agência entende que, apesar da constituição do depósito judicial, a provisão não seria requerida, classificando o risco de perda da ação como “Remota”;

- (ii) Valor relativo à caução de aluguel das unidades Miami, Bogotá, Bruxelas, Dubai e Pequim; e
- (iii) Depósitos judiciais para interposição de recursos judiciais decorrentes de processos judiciais de natureza trabalhista.

9 Direitos em Uso de Arrendamento – CPC 06 R2/ IFRS 16

O Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), vigente a partir de 01/01/2019 foi elaborado para criar aderência à Internacional Financial Reporting Standards (IFRS) 16, e introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas Demonstrações Financeiras de arrendatários, que foi prontamente adotado pela Agência a partir daquela data. Este novo normativo determina que, na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente, no resultado do exercício, as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Consequentemente, a Apex-Brasil, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso, que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes; e os passivos de arrendamento, que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários: i) arrendamentos de ativos de “baixo valor”, no caso da Apex-Brasil englobou aluguéis de impressoras e automóveis; e ii) arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos. Para esses casos, os pagamentos permanecem sendo reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos, por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos fluxos de pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário deve reconhecer o valor de mensuração do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Apex-Brasil analisou e concluiu que os contratos que estão abrangidos pelo conceito da norma são os contratos de aluguéis da sua sede no Brasil, além dos contratos de aluguéis dos espaços físicos utilizados pelos escritórios de Miami e Bruxelas.

a) Políticas contábeis

A Apex-Brasil reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas mensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.



O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

b) Efeitos de transição

A Apex-Brasil aplicou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a rerepresentação dos valores correspondentes aos períodos anteriores e não impacta o patrimônio líquido no momento da adoção inicial, e possibilita a adoção de expedientes práticas, conforme disposto na norma. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi rerepresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/ IAS 17 e interpretações relacionadas.

Na adoção inicial, a Apex-Brasil mensurou os passivos de arrendamento valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Entidade em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial, ou seja, sem qualquer efeito no patrimônio líquido.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Apex-Brasil descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019, sendo:

- 11,4% a.a. para o arrendamento relacionado à sede da Apex-Brasil;
- 3,48% a.a. para o arrendamento relacionado ao escritório do EA Miami; e
- 2,0% a.a. para o arrendamento relacionado ao escritório do EA Bruxelas.

c) Impactos na adoção inicial

O quadro abaixo demonstra os efeitos patrimoniais da adoção inicial em 1º de janeiro de 2019:

	Saldo inicial	Ajuste adoção	Saldo após a
	01/01/2019	inicial	adoção inicial
			01/01/2019
Ativo			
Circulante	267.117	-	267.117
Não Circulante	103.039	22.312	125.351
Total do Ativo	370.156	22.312	392.468
Passivo			
Circulante	9.203	7.581	16.784
Não Circulante	107.537	14.731	122.268
Patrimônio líquido	253.416	-	253.416
Total passivo e patrimônio líquido	370.156	22.312	392.468



Importante destacar que, na adoção inicial, o contrato do EA Bruxelas não foi considerado, uma vez que o seu encerramento se deu em fevereiro de 2019, sendo renovado em março de 2019 até junho de 2025. Dessa forma, os efeitos do contrato encerrado no início deste ano foram considerados como não relevantes na adoção inicial, sendo que, posteriormente, a Apex-Brasil reconheceu o novo contrato de acordo com as determinações do CPC 06 (R2).

d) Impactos nas Demonstrações Financeiras do período corrente

O saldo é assim composto em 31 de dezembro de 2019:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Direitos em Uso de Arrendamento	23.818	-
(-) Amortização	(5.988)	-
Total	17.830	-

A movimentação do direito de uso por contrato de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

	<u>Sede</u>	<u>EA Miami</u>	<u>EA Bruxelas</u>	<u>TOTAL</u>
Saldo em 31/12/2018	-	-	-	-
(+) Adoção inicial	19.443	2.869	-	22.312
(+) Reconhecimento	-	-	1.329	1.329
(-) Depreciação	(4.242)	(1.531)	(182)	(5.955)
(+/-) Variação cambial líquida	-	96	48	144
Saldo em 31/12/2019	15.201	1.434	1.195	17.830

10 Imobilizado e Intangível

a) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são inicialmente reconhecidos ao custo histórico de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução do valor recuperável (*impairment*), quando houver. O custo inclui os custos diretamente atribuíveis e o valor presente estimado dos custos futuros inevitáveis de desmontagem e remoção de itens. O passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido dentro de provisões.

b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica dos bens. Os períodos de vida útil econômica indicado são calculados pelo tempo estimado em que a empresa se beneficiará dos recursos imobilizados. O mesmo tratamento pode ser observado nos bens registrados nos escritórios da Apex-Brasil no Exterior.



Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Descrição	Vida útil
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Software	5 anos

c) Intangível - Software

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

Os custos associados à manutenção dos softwares são reconhecidos como despesas, conforme incorridos..

d) A movimentação do custo do imobilizado e do intangível no exercício de 2018 e 2019 pode ser assim demonstrada:

a. Imobilizado

	31/12/2017	Adições	Baixa/Ajustes de inventário	31/12/2018	Adições	Baixas (i)	31/12/2019
Custo							
Benfeitorias	7.253	-	(7.253)	-	-	-	-
Equipamentos de informática	6.880	3.265	(534)	9.611	418	(388)	9.641
Móveis e utensílios	4.020	11	(19)	4.014	50	(277)	3.787
Instalações	725	-	(699)	26	-	-	26
Máquinas e equipamentos	456	41	(60)	435	2	(53)	384
Veículos	98	-	-	98	-	(98)	-
Obras de arte	52	-	-	52	-	-	52
	19.484	3.317	(8.565)	14.236	470	(816)	13.890
Depreciação							
Benfeitorias	(7.247)	(2)	7.249	-	-	-	-
Equipamentos de informática	(5.868)	(499)	491	(5.876)	(862)	539	(6.199)
Móveis e utensílios	(2.726)	(256)	67	(2.915)	(305)	65	(3.155)
Instalações	(589)	(38)	602	(25)	(1)	-	(26)
Máquinas e equipamentos	(312)	(17)	41	(288)	(21)	27	(282)
Veículos	(82)	(16)	-	(98)	-	98	-
	(16.824)	(828)	8.450	(9.202)	(1.189)	729	(9.662)
Total do imobilizado	2.660		(115)	5.034		(87)	4.228

(i) As baixas apresentadas decorrem principalmente das baixas contábeis dos bens da filial de Havana e também de alguns bens da Sede.



b. Intangível

	31/12/2017	Adições	Baixa/Ajustes de inventário	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Custo							
Softwares	29,920	363	(23,898)	6,385	1,755	-	8,140
Direito de uso	28	-	-	28	-	-	28
	29.948	363	(23.898)	6.413	1.755	-	8.168
Amortização							
Softwares	(19,084)	(2,039)	15,158	(5,965)	(353)	-	(6,318)
Marcas e patentes	(8)	(3)	-	(11)	-	-	(11)
	(19.092)	(2.042)	15.158	(5.976)	(353)	-	(6.329)
Total do intangível	10.856		(8.740)	437		-	1.839

A redução do intangível em 2018 ocorreu em função de análise efetuada pela Administração de todos os itens deste ativo, realizando a baixa daqueles que não estavam sendo utilizados pela Agência.

11 Obrigações trabalhistas e sociais

Descrição		31/12/2019	31/12/2018
Provisões de férias e encargos		8.231	8.385
Provisão de descanso anual e gratificação anual		110	178
Remuneração e benefícios a pagar	(i)	1.090	-
Encargos sociais	(i)	3.513	-
Total		12.944	8.563

- (i) Corresponde a remunerações, benefícios e encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento da Agência, sendo que em dezembro de 2018 todas as obrigações trabalhistas foram antecipadas e quitadas dentro do próprio mês corrente, em decorrência da substituição do Sistema de Gestão Integrada ERP da sede da Apex-Brasil realizada no início de janeiro de 2019.

12 Contas a pagar e fornecedores

Descrição		31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais	(i)	5.388	25
Fornecedores estrangeiros		84	118
Depósitos e cauções de licitações		457	238
Demais contas a pagar		109	259
Total		6.252	640

- (i) Em dezembro de 2018 as demais contas a pagar e fornecedores foram antecipadas e quitadas dentro do próprio mês corrente, em decorrência da substituição do Sistema de Gestão Integrada ERP da sede da Apex-Brasil realizada no início de janeiro de 2019 (ver Nota Explicativa nº 6).



13 Obrigações tributárias e previdenciárias

São os saldos de obrigações referentes às retenções na fonte de terceiros (PIS, COFINS, CSLL, IRRF, INSS e ISS), obrigações referentes a tributos sobre faturamento de serviços (ISS e COFINS), tributos sobre pagamento de serviços provenientes do exterior (CIDE remessas, PIS importação, COFINS importação, ISS importação e tarifas, quando incidem), cujos recolhimentos ocorrerão no mês subsequente. As obrigações tributárias e previdenciárias a pagar em cada data-base são como segue:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Tributos Retidos na Fonte de Terceiros:		
IRRF de terceiros a recolher	52	-
ISS de terceiros a recolher	80	-
PIS/COFINS/CSLL a recolher	66	-
INSS serviços de terceiros	39	-
Demais obrigações tributárias:		
CIDE	358	-
Obrigações tributárias das unidades no exterior	8	-
Cofins Receita Financeira	63	-
Tributos Sobre faturamento	60	-
Total	726	-

Em dezembro de 2018, as obrigações tributárias e previdenciárias foram antecipadas e quitadas dentro do próprio mês corrente, em decorrência da substituição do Sistema de Gestão Integrada ERP da sede da Apex-Brasil realizada no início de janeiro de 2019 (ver Nota Explicativa nº 6).

14 Arrendamentos a pagar

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, a Apex-Brasil realizou a adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamento Mercantil e, como consequência, passou a registrar uma obrigação em seu passivo em contrapartida a um direito de uso dos ativos subjacentes. A movimentação do passivo a pagar com Arrendamentos no período findo em 31 de dezembro de 2019, segregado por contrato, pode ser apresentada como segue:



	Sede	EA Miami	EA Bruxelas	TOTAL
Moeda	BRL	USD	EUR	
Taxa de juros (a.a.)	11,4%	3,5%	2,0%	
Saldo em 31/12/2018	-	-	-	-
(+) Adoção inicial	19.443	2.869	-	22.312
(+) Reconhecimento	-	579	1.329	1.908
(+) Juros	2.682	92	21	2.795
(-) Pagamentos	(5.744)	(1.882)	(189)	(7.815)
(+/-) Variação cambial líquida	-	(32)	23	(9)
Saldo em 31/12/2019	16.381	1.626	1.184	19.191

<u>Segregado em:</u>	
Passivo Circulante	5.591
Passivo Não circulante	13.600
Total	19.191

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento direito de uso estão detalhados a seguir:

Ano	Sede	EA Miami	EA Bruxelas	TOTAL
2020	5.918	1.657	231	7.806
2021	5.918	-	231	6.149
2022	5.918	-	231	6.149
2023	3.452	-	231	3.683
2024	-	-	231	231
2025	-	-	117	117
Total de pagamentos	21.206	1.657	1.272	24.135
(-) Total de juros	(4.825)	(31)	(88)	(4.944)
Saldo em 31/12/2019	16.381	1.626	1.184	19.191

15 Obrigações a pagar de longo prazo

Descrição		31/12/2019	31/12/2018
Aluguéis a pagar longo prazo	(i)	-	579
Outros valores a pagar	(ii)	619	453
Total		619	1.032

- (i) Apropriação do crédito de isenção de seis meses de aluguel da unidade Miami, diluída ao longo da vigência do contrato. Este saldo foi transferido em 2019 para o passivo a pagar de Arrendamentos em consequência da adoção inicial do CPC 06 (R2) Arrendamento mercantil (Vide Nota Explicativa 14).
- (ii) Corresponde às provisões para rescisão dos contratos de trabalho por tempo indeterminado dos colaboradores da unidade de Dubai.



16 Provisão para riscos tributários e trabalhistas

A composição relativa a perdas classificadas como prováveis em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é apresentada a seguir:

Descrição		31/12/2019	31/12/2018
Provisão taxa de administração RFB	(i)	113.573	98.859
Provisão para contingências trabalhistas de risco provável	(ii)	6.321	7.501
Provisão para contingências tributárias de risco provável		151	145
Total		120.045	106.505

- (i) Trata-se de taxa de administração cobrada pela Receita Federal do Brasil (RFB) para o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF. O ponto central discutido no mandado de segurança impetrado pela Apex-Brasil decorre do fato de a Receita Federal do Brasil – RFB ter definido como devida a taxa de 3,5% sobre os valores repassados por ela à Apex-Brasil a partir de maio de 2007. A Apex-Brasil obteve decisão liminar favorável em 1o. grau em Mandado de segurança (Processo nº 0035094-38.2014.4.01.3400 – 9ª Vara Federal) por ela impetrado em face da RFB que determinou que a taxa devida a ser paga pela Apex-Brasil seria de 1,5% sobre os valores repassados a partir de maio de 2007. Adicionalmente, em 4 de dezembro de 2017, a Apex-Brasil obteve sentença favorável determinando a prescrição dos valores cobrados pela Receita Federal relativos ao período anterior até março de 2009. Resumindo, até o momento a sentença de 1o. grau favorável à Apex-Brasil e a decisão liminar definiram que a taxa de administração é de 1,5%, devida a partir de abril de 2009, o que vem sendo retido pela RFB. Porém, tendo em vista uma decisão contrária em relação a esse percentual devido em outro processo judicial congênere (ABDI), decidiu a Apex-Brasil, conservadoramente, provisionar a diferença de 2% (diferença entre 3,5% e 1,5%) como um passivo a longo prazo que, em 31 de dezembro 2019, totaliza R\$ 113.573 (R\$ 98.859 em 31 de dezembro de 2018). Os advogados da Apex-Brasil entendem que a possibilidade de perda é provável e, por essa razão, foi constituída uma provisão para perdas, em conformidade com as normas contábeis previstas no CPC - 25 (R2) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.1 a), a Apex-Brasil alocou recursos em um Fundo prioritariamente para fazer face a eventual decisão desfavorável em instâncias superiores, caso venha a ocorrer.

- (ii) Processos de natureza trabalhista classificados com probabilidade de perda provável, envolvendo, em grande parte, pedidos cujas decisões dominantes em processos congêneres têm sido desfavoráveis às teses de defesa da Apex-Brasil; quanto aos pedidos de reintegração, o entendimento atual do Tribunal Superior do Trabalho tem sido favorável à tese defendida pela Apex-Brasil. Em todos os casos trabalhistas, a Gerência Jurídica tem feito a análise de risco envolvendo a reclamação trabalhista.

16.1 Contingências passivas classificadas como possíveis

A Apex-Brasil é parte em processos judiciais classificados por sua assessoria jurídica com probabilidade de perda “possível”, os quais não tem provisão reconhecida nas demonstrações financeiras, em conformidade com as normas contábeis contidas no CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Nos processos de natureza trabalhista, a Apex-Brasil responde a 12 reclamações que são classificadas com Contingência Provável, nas quais se postulam supostos direitos a horas extras,



equiparação salarial, reintegração, etc., e cujo risco estimado é de R\$ 6.321 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 7.501 em 31 de dezembro de 2018), que se encontra devidamente provisionado nas demonstrações financeiras. Igualmente, a Apex-Brasil é demandada em 9 reclamações que são classificadas com Contingência Possível, totalizando o valor de R\$ 9.708.

Nos processos de natureza tributária em que a Apex-Brasil é relacionada na parte passiva em relação à União e outras entidades do Sistema “S”, em sede de mandados de segurança e ações ordinárias, ressalta-se que tais ações não geram o monitoramento de “perda contábil”, na medida em que a Apex -Brasil não tem base para estimar o valor de perda, tendo em vista que o valor, via de regra, assim como na remota hipótese de sucesso por parte do contribuinte, os valores serão adimplidos mediante compensação ou repetição de indébito pela União.

Por fim, existem processos de natureza cível com valor imaterial ou irrelevante.

17 Patrimônio social

O patrimônio social em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 358.007, composto pelo superávit acumulado de R\$ 253.416 até 31 de dezembro de 2018 e pelo superávit do exercício de R\$ 104.591 apurado até 31 de dezembro de 2019, que será incorporado ao patrimônio social posteriormente ao encerramento do exercício.

18 Receitas com contribuição social líquida

São relacionadas às transferências de recursos, sistêmicas e periódicas, feitas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), conforme previsão legal contida na Lei nº 8.029/1990. O reconhecimento dos valores nas contas de resultado ocorre conforme o regime de competência e se dá quando da vinculação mensal do repasse pelo órgão de origem, mediante a informação oficial mensal da RFB. O crédito efetivo, por meio de ordem de pagamento da receita com contribuições, ocorre no mês subsequente ao da competência. Esta receita pode ser assim demonstrada:

<u>Descrição</u>		<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Contribuição destinada à ApexBrasil pela Lei nº 8.029/1990	(i)	514.434	485.492
Taxa administrativa - SRFB	(ii)	(7.716)	(7.237)
Total		506.718	478.255

(i) A contribuição destina à Apex-Brasil pela Lei nº 8.029/1990 constitui basicamente a receita da Apex-Brasil. De natureza tributária, definida por lei como adicional às alíquotas de contribuição social, é arrecadada e repassada mensalmente pela SRFB.

(ii) A taxa de Administração sobre a arrecadação, descontada pela RFB para arrecadar e repassar os recursos destinados à Apex-Brasil.

A seguir estão sendo apresentados os valores mensais de Contribuição Social Ordinária (CSO), apurados nos exercícios de 2019 e de 2018:



Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Janeiro	41.434	39.283
Fevereiro	39.488	38.192
Março	39.021	37.376
Abril	40.203	38.451
Mai	39.736	37.741
Junho	39.181	37.863
Julho	39.766	37.737
Agosto	40.996	39.431
Setembro	40.184	35.953
Outubro	40.993	37.697
Novembro	40.730	38.922
Dezembro	72.702	66.845
Taxa administrativa - SRFB	(7.716)	(7.236)
Total	506.718	478.255

19 Receitas de serviços e outras receitas

As receitas de promoção de exportação são compostas substancialmente de receitas de prestação de serviços nacionais e de receitas das unidades no exterior e são registradas pelo regime de competência.

As receitas de prestação de serviços nacionais são oriundas de serviços customizados a partir dos produtos da Apex-Brasil para as empresas que pretendem atuar no mercado internacional, destacando-se a participação de instituições brasileiras em estande e/ou pavilhão organizado pela Apex-Brasil em Feiras Internacionais.

As receitas das unidades no exterior são oriundas de serviços de apoio à internacionalização para viabilizar a inserção definitiva de empresas brasileiras em mercados externos. A Entidade presta assessoria para o planejamento do processo de internacionalização, para o estabelecimento de escritórios locais, parcerias com distribuidores e auxílio na abertura de empresas, além de elaborar e fornecer estudos de mercado customizados.

A Agência passou por reestruturação no primeiro semestre de 2019 o que comprometeu o planejamento e, por conseguinte, a execução de alguns projetos no segundo semestre, impactando no montante dessa categoria de receitas.

A composição destas receitas é assim apresentada:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Receitas de prestação de serviços (i)	5.855	7.338
Receitas de prestação de serviços nas unidades	1.419	1.840
Receitas correntes diversas	894	2.054
Restituições de projetos/convênios	-	115
Total	8.168	11.347



- (i) Houve redução em 2019 da venda de espaço em feiras e eventos nacionais e internacionais, principalmente motivada por inexecução de projetos que não foram realizados em função da reestruturação da Agência, como por exemplo o Panagro.

20 Despesas com convênios e projetos

Descrição		31/12/2019	31/12/2018
Despesas com convênios			
Despesas com Convênios e Projetos	(i)	168.045	161.681
Outras despesas / (reversões) de convênios		-	(141)
		168.045	161.540
Despesas com projetos finalísticos	(ii)	57.402	84.661
Despesas com Assessoria e estudos de inteligência competitiva	(iii)	2.804	6.282
Total Projetos finalísticos		60.206	90.943
	Total	228.251	252.483

- (i) As despesas com convênios e projetos referem-se ao desenvolvimento e à manutenção de projetos em parceria com entidades setoriais, contemplando os principais setores produtivos do Brasil, como moda, agronegócios, alimentos e bebidas, economia criativa e serviços, tecnologia e saúde, máquinas e equipamentos e casa e construção. A variação no período deve-se à execução das ações planejadas.

As principais execuções (valor total) por conveniente em 2019 e em 2018 são apresentadas a seguir:

Nome da entidade	31/12/2019	31/12/2018
ABIROCHAS	11.755	3.175
ANFACER	8.326	7.628
CICB	7.258	5.755
ABIMAQ	7.173	2.346
ASSINTECAL	6.201	3.530
ABIT	6.159	10.403
ABICALÇADOS	5.575	11.395
ABIMOVEL	4.606	3.554
ABIHPEC	4.566	5.044
IBGM	4.466	2.180
ABIEC	4.406	3.843
ABIMO	4.329	9.531
ABPA	7.740	3.718
BSCA	4.244	2.731
ABINEE	3.599	1.757
SINDIPEÇAS	3.381	2.371
ABEST	2.746	3.540
OUTROS CONVÊNIOS	71.516	79.179
Total	168.045	161.681

- (ii) Projetos finalísticos são projetos próprios de promoção de exportações e atração de investimentos diretos vinculados a feiras, eventos e missões comerciais internacionais. As principais despesas que ocorreram somente



em 2018, pelas características do evento ou decisão da Apex-Brasil, foram a SIAL Paris, FIHAV e CIEE (Pequim) que totalizaram aproximadamente R\$ 16.800. Ainda em 2018, houve contratação de espaço em feiras que ocorreram em 2019, como por exemplo a SXSW, Gulfood, Seafood, Antad e OTC, no valor de R\$ 7.240 deduzidos as despesas ocorridas em 2019 pela alteração do formato de alguns eventos. Outra variação significativa foi em eventos nacionais, que incluem o BIF, que totalizou aproximadamente R\$ 6.949 a mais em 2018. Reduzindo este efeito, em 2019 houve pagamentos para a Expo 2020 no valor aproximado de R\$ 5.400.

- (iii) A redução em 2019 deve-se à postergação no período de renovação de algumas bases de dados de inteligência comercial.

21 Despesas com viagens

Descrição		31/12/2019	31/12/2018
Despesas com passagens e transporte	(i)	6.380	13.120
Despesas com viagens de empregados	(i)	5.615	8.266
Despesas com viagens de convidados	(i)	386	3.597
Total		12.381	24.983

- (i) A redução nas despesas de viagens reflete principalmente o esforço contínuo de racionalização dos gastos com passagens e hospedagens, a partir de amplas e austeras revisões normativas da política de viagens. Note-se que não houve cancelamento de viagens, ao contrário, foram mantidos e cumpridos todos os compromissos, a um custo expressivamente menor. Além disso, a não realização de eventos com os SECOMs (Setor de Promoção Comercial e Investimentos) nos moldes dos ocorridos no 1º trimestre de 2018, foi importante redutor de custos.

22 Despesas com comunicação, marketing e propaganda

Descrição		31/12/2019	31/12/2018
Despesas com marketing e propaganda	(i)	6.706	53.310
Patrocínios	(ii)	33	5.005
Despesas com comunicação (jornais, revistas e periódicos)		852	1.119
Total		7.591	59.434

- (i) A redução da despesa em 2019 em comparação ao mesmo período de 2018 decorre principalmente do término do contrato com as prestadoras de serviços de Marketing e Propaganda. Em que pese ter ocorrido redução nessa categoria de despesas, as atividades finalísticas da Agência não foram comprometidas, como já comentado (ver item 1.5). Para que não houvesse maior prejuízo na divulgação e comunicação das principais ações finalísticas, a Gerência de Marketing e Comunicação esforçou-se para executar internamente as atividades prioritárias, até a efetivação da contratação da agência de publicidade, ao final de outubro de 2019. Outros processos de contratação ainda estão em andamento.
- (ii) Patrocínios concedidos e vinculados a eventos, nacionais e internacionais, objetivando-se a divulgação da imagem do Brasil e negócios de promoção das exportações. O valor de 2019 corresponde à última parcela de



um contrato do ano anterior. Houve uma ampla e austera revisão no processo de concessão de patrocínios e, dessa forma, durante o exercício de 2019 não foram concedidos novos patrocínios.

23 Despesas com pessoal, encargos e benefícios

Referem-se a despesas com salários, encargos e benefícios de pessoal efetivo, assessores e cedidos da União, e são demonstradas como segue:

Descrição		31/12/2019	31/12/2018
Despesas com pessoal	(i)	75.105	67.749
Despesas com encargos	(i)	21.319	18.781
Despesas com benefícios	(i)	21.171	18.281
Total		117.595	104.811

- (i) A justificativa da variação ocorrida entre os exercícios, foi originada pelos seguintes eventos: (i) pagamento de R\$ 6.481 em indenizações sobre rescisão de contrato de trabalho motivada pelos 129 desligamentos ocorridos em 2019; (ii) 159 contratações oriundas de processo seletivo público e de livre nomeação, com aumento do quadro de pessoal, respeitado o limite de vagas aprovado pelo CDA; (iii) reajuste de 4,67% no salário e nos benefícios, em maio de 2019, decorrentes do Acordo Coletivo de Trabalho; e (iv) progressões e promoções decorrentes do Plano de Cargo, Carreira e Salários - PCCS.

24 Despesas gerais e administrativas

Descrição		31/12/2019	31/12/2018
Despesas com locação de mão de obra		3.742	4.065
Despesas com licenças e serviços técnicos em software		5.281	6.737
Despesas com serviços advocatícios		628	857
Consultoria, auditoria e demais serviços técnicos especializados	(i)	5.790	2.921
Despesas com manutenção e serviços gráficos		176	878
Total de despesas com serviços de terceiros		15.617	15.458
Despesas com locação de bens móveis e imóveis e estrutura	(ii)	5.771	11.745
Despesas com serviços de comunicação (internet e telefone)		860	1.198
Despesa com materiais em geral		445	523
Taxas judiciais e cartoriais		101	55
Capacitação e treinamentos		506	684
Demais despesas operacionais		1.057	1.023
Total de despesas com infraestrutura operacional		8.740	15.228
Total		24.357	30.686

- (i) O aumento das despesas em 2019 foi motivado principalmente pelos seguintes eventos: (i) consultoria para estruturar e executar o projeto E-Commerce da Apex-Brasil nos EUA no valor de R\$ 907; (ii) consultoria para identificar e qualificar empresas nos EUA no valor de R\$ 397; (iii) consultoria de investimentos no setor de



petróleo e gás no valor de R\$ 317; e (iv) consultoria na China sobre E-Commerce para Ásia no valor de R\$ 508.

- (ii) A redução foi motivada principalmente pela adoção do CPC 06 (R2), sendo que as despesas de aluguéis da Sede e dos Escritórios no exterior em Miami e em Bruxelas são tratadas como depreciação do Direito de Uso reconhecido pela Apex-Brasil e como juros do passivo financeiro, ambos decorrentes do reconhecido inicial da referida norma contábil.

25 Despesas com provisão judicial e administrativa

Descrição		31/12/2019	31/12/2018
Provisão da taxa administrativa da Receita Federal	(i)	10.289	9.648
Provisões Judiciais Trabalhistas	(ii)	(1.177)	255
Total		9.112	9.903

- (i) Remete-se a presente Nota Explicativa àquela referenciada no capítulo de Provisão para riscos tributários e trabalhistas (Nota Explicativa nº. 16), consignando-se que os valores apresentados na presente demonstração se referem aos valores acrescidos à provisão em razão da classificação de perda provável em relação à Taxa da Receita Federal (diferença de 2% entre o cobrado pela RFB de 3,5%) e ao percentual reduzido em razão do mandado de segurança.
- (ii) A Apex-Brasil realizou reversões de provisões trabalhistas, em 2019, em decorrência de resultados obtidos em decisões judiciais, alterando os prognósticos de perda dos assessores jurídicos, com reflexo na provisão constituída no passivo da Entidade.

26 Despesas tributárias

Descrição		31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda sobre remessa para o exterior	(i)	6.839	12.211
CIDE sobre remessa para o exterior	(ii)	4.844	8.131
Impostos Municipais		341	23
Impostos e contribuições do exterior		335	791
IOF		282	487
Total		12.641	21.643

- (i) Estas despesas são oriundas de imposto de renda sobre remessas para o exterior realizadas para os escritórios e para pagamentos de serviços técnicos especializados contratados no Brasil. Em certos casos são solicitados pedidos de isenção de Imposto de Renda, em consonância com a Lei nº 9.841, de 13 de agosto de 1997. Nesses casos, a Apex-Brasil encaminha o pleito de isenção por meio do SISPROM.
- (ii) A variação no período refere-se à CIDE incidente sobre menor volume de remessas ao exterior. A variação no terceiro trimestre refere-se à redução do volume das remessas de custeio dos Escritórios no exterior.

As despesas tributárias da Apex-Brasil estão diretamente atreladas aos repasses aos EAs, aos eventos e projetos realizados pela Agência no exterior.



27 Despesas de Depreciação e Amortização

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depreciação	1.189	829
Amortização	353	2.042
Depreciação Direitos de Uso (Nota 9)	5.955	-
Total	7.497	2.871

28 Resultado financeiro líquido

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	20.540	19.833
Receitas com variação cambial	2.202	2.430
(-) Deduções s/Receitas Financeiras (i)	(3.929)	(3.961)
Total de receitas financeiras	18.813	18.302
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	162	225
Correção Monetária s/ provisão da taxa de administração (ii)	4.419	4.159
Variação cambial (iii)	2.262	2.646
Juros sobre direito de uso (Nota 14)	2.795	-
Total de despesas financeiras	9.638	7.030
Total	9.175	11.272

- (i) A COFINS sobre rendimentos financeiros é apresentada como redutor da receita de aplicação financeira, respeitando-se a prática contábil predominante no Brasil;
- (ii) Refere-se substancialmente à correção monetária calculada à base da Taxa SELIC da contingência passiva já provisionada pela Entidade, referente ao processo administrativo que discute o percentual de cobrança da taxa de administração do repasse da SRFB à Apex-Brasil (Vide Nota Explicativa nº 16); e
- (iii) Variação cambial resultante da variação cambial sobre as operações no exterior, incluindo saldo em bancos, contas a pagar, direito de uso (CPC 06 – R2), entre outros.

29 Benefícios pós-emprego

A Apex-Brasil é fundadora e patrocinadora do plano de benefícios ApexPrev, administrado e executado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil. O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida, exceto pelos riscos adicionais vinculados à projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte, que estão asseguradas por Seguradora, sem qualquer risco para a Entidade. O plano ApexPrev foi criado em 2013 e assegura os seguintes benefícios:



- a) Benefício de Aposentadoria normal;
- b) Benefício de Aposentadoria antecipada;
- c) Benefício Decorrente da Opção pelo Benefício Proporcional Diferido;
- d) Benefício de Aposentadoria por Invalidez; e
- e) Pensão por morte.

Os benefícios de risco assegurados pela ApexPrev e cobertos através de apólice de seguradora aos seus participantes são:

- Benefício de Aposentadoria por Invalidez; e
- Pensão por morte.

O referido Plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Adicionalmente, os benefícios de risco existentes no ApexPrev estão cobertos por empresa seguradora, cuja apólice atual está vigente até 31 de julho de 2020, a qual assegura aos seus participantes a garantia de pagamento de uma projeção dos seus benefícios futuros caso ocorra um dos seguintes sinistros:

- Pensão por morte; e
- Aposentadoria por invalidez.

Tendo em vista este seguro contratado, a Apex-Brasil exime-se dos riscos atuariais elencados no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1).

30 Operações descontinuadas

A Agência avaliou as operações em Havana (Cuba) e em Luanda (Angola) e decidiu encerrar as atividades nas regiões por motivos orçamentários e desempenho técnico deficitário em relação às atividades finalísticas.

Em análise ao Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Agência apresenta nesta Nota Explicativa uma análise das principais despesas das operações que foram descontinuadas:



	CUBA		ANGOLA	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas de serviços e outras receitas	102	217	-	11
Total das receitas operacionais	102	217	-	11
Custos e despesas operacionais				
Despesas com projetos finalísticos	-	(435)	-	(8)
Despesas com viagens	-	(2)	-	(2)
Despesas com com., marketing e propaganda	-	(4)	-	-
Despesas com pessoal, encargos e benefícios	(416)	(682)	(171)	(801)
Despesas gerais e administrativas	(202)	(1.432)	(4)	(552)
Despesas tributárias	-	1	(22)	(140)
Despesa com depreciação e amortização	(7)	(46)	(15)	(58)
Outras receitas (despesas) operacionais	(22)	-	(49)	-
	(647)	(2.600)	(261)	(1.561)
Superávit antes do resultado financeiro	(545)	(2.383)	(261)	(1.550)
Resultado financeiro líquido				
Receitas financeiras	15	65	14	599
Despesas financeiras	(22)	(85)	(50)	(83)
	(7)	(20)	(36)	516
DÉFICIT DO PERÍODO	(552)	(2.403)	(297)	(1.034)

Conforme pode ser observado, os escritórios em Cuba e em Angola representaram 0,15% e 0,06%, respectivamente, das despesas operacionais da Apex-Brasil no período findo em 31 de dezembro de 2019 (0,51% e 0,31%, respectivamente, para o mesmo período de 2018).

31 Cobertura de seguros (Não auditada)

Os bens móveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do Ativo Imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico, estão cobertos por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos.

As principais coberturas para o período de vigência da apólice de 06/12/2019 a 06/12/2020 são:

- Incêndio/Raio/Explosão/Implosão acidental/Fumaça/Queda de aeronave – R\$ 4.088.691,20
- Danos Elétricos – R\$ 30.000,00
- Perda ou Pagamento de Aluguel a Terceiros – R\$ 1.365.058,62
- Quebra de vidros – R\$ 25.000,00
- Responsabilidade Civil Empregador – R\$ 200.000,00
- Responsabilidade Civil Estabelecimentos Comerciais – R\$ 200.000,00
- Responsabilidade Civil Danos Morais – R\$ 500.000,00
- Roubo e/ou subtração de Bens mediante arrombamento – R\$ 30.000,00
- Tumultos, greves e atos dolosos – R\$ 50.000,00
- Vendaval/Furacão/Ciclone/Granizo/Impacto veículos terr. – R\$ 50.000,00



32 Gestão de Riscos

A Apex-Brasil poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de crédito
- Risco de mercado

Da mesma maneira que em todos os outros negócios, a Apex-Brasil está exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, as políticas e os processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas a seguir.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Apex-Brasil, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. As exigibilidades das obrigações da Apex-Brasil são registradas nas demonstrações financeiras, relevantemente no curto prazo, e não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Apex-Brasil em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, consequentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge, preponderantemente, das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados, principalmente, pelo Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. As informações referentes aos fundos, com composição das carteiras e regulamento estão apresentadas na Nota Explicativa nº 4.



Exposição a risco de crédito

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e equivalentes de caixa	3.182	8.365
Créditos a receber	72.350	67.002
Adiantamentos Concedidos	18.196	31.469
Direitos de Créditos	1.860	2.676

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Apex-Brasil não possuía instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado (taxa de juros e cambial)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ter ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e os seus ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

A Entidade tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio que compreendem relevantemente os numerários mantidos em moeda estrangeira nos seus escritórios no exterior (Vide Nota Explicativa nº 2.7).

Além disso, a Entidade possui o seu principal passivo, referente à provisão para taxa de administração da Receita Federal do Provisão (Nota Explicativa nº 16), corrigido pela variação da SELIC mensal.

33 Transações com partes relacionadas

São definidas como partes relacionadas da Apex-Brasil:

- Pessoal-chave da Administração e sua remuneração;
- Plano de Benefícios ApexPrev (Nota Explicativa nº 29);
- Empréstimo para diretores: a Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes; e
- Remuneração de Conselheiros de administração e Conselheiros fiscais: a Entidade não remunera seus Conselheiros.

A seguir, os custos com remunerações atribuídos à Diretoria, em conformidade com o que determina a NBC TG 05 – Divulgação sobre Partes, relacionadas em 2019 e em 2018 foram:



Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Pró-labore de Diretores	1.206	1.005
Descanso anual de Diretores	126	124
Gratificação anual de Diretores	97	66
Encargos sociais	334	126
Total	1.763	1.321

Os valores acima compõem os valores de Despesas com pessoal, encargos e benefícios apresentados na Nota Explicativa nº 23.

34 Práticas contábeis do Setor Público ainda não aplicadas pela Apex-Brasil

A Administração da Apex-Brasil vem tomando as providências necessárias à adoção da norma contábil do setor público (NBC TSP EC) a partir do exercício de 2020, em observância às determinações decorrentes do Acórdão TCU 991/2019. Tal documento tratou dos aspectos contábeis das Entidades do Sistema "S", determinando que as demonstrações contábeis devem ser elaboradas, no que couber, de acordo com a NBC TSP EC (ou outra norma do Conselho Federal de Contabilidade que vier a sucedê-la), assinadas pelos contadores responsáveis e com a indicação dos nomes dos dirigentes.

Nesse sentido, foi contratada uma consultoria para elaboração de um diagnóstico que objetiva implementar a mudança do padrão contábil adotado pela Apex-Brasil. A empresa já entregou o diagnóstico e o Plano de Ação, que serão implementados pela Agência no primeiro trimestre de 2020.

Considerando as normas já aprovadas, as avaliações preliminares indicam que não haverá mudanças relevantes na mensuração e/ou no reconhecimento contábil das transações da Apex-Brasil no novo padrão contábil. Dessa forma, as alterações serão, em sua maior parte, relativas à apresentação das Demonstrações Financeiras segundo as normas NBC TSP.

SERGIO RICARDO
SEGOVIA
BARBOSA:75862328734
Dados: 2020.02.14 10:22:21
-03'00'

SERGIO SEGOVIA
Presidente

EDERVALDO
TEIXEIRA DE ABREU
FILHO:49186744704
Dados: 2020.02.14 10:05:44
-03'00'

**EDERVALDO TEIXEIRA
DE ABREU FILHO**
Diretor de Gestão Corporativa

AUGUSTO SOUTO
PESTANA:2534140
3886
Dados: 2020.02.14
10:13:27 -03'00'

AUGUSTO PESTANA
Diretor de Negócios

GILSON
CELLA:560647720
34
Dados: 2020.02.14 09:31:43
-03'00'

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF